

# A DIMENSÃO SIMBÓLICA NA CIDADE NEOLIBERAL:

NOTAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES NA  
PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO DO NEOLIBERALISMO

FELIPE NUNES COELHO MAGALHÃES

Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências,  
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belo Horizonte, MG, Brasil

**R E S U M O :** *O artigo procura inserir-se na discussão atual acerca do neoliberalismo urbano, propondo a centralidade da dimensão simbólica na produção do espaço na metrópole contemporânea e sua sintonização à “governamentalidade” e ao modo de regulação neoliberais. Parte-se da defesa da necessidade de diálogo entre as perspectivas da antropologia e da economia política, utilizando como ponte a abordagem lefebvriana sobre a produção do espaço. Toma-se como hipótese central a ideia de que o nó borromeano entre capital, Estado e produção simbólica que perpassa a produção do espaço na metrópole é, hoje, sintonizado com neoliberalismo e objetiva sua reprodução nessas três esferas. O potencial criador de novos vetores políticos, econômicos, culturais e sociais, inerente à grande cidade, é subsumido a essa sintonia. As heterotopias e espaços de resistência apresentam-se, nesse contexto, como tentativas de escapar e resistir às formas de disciplinamento e controle. Disso, advém uma questão acerca dos embates em torno do direito à cidade e que será tematizada neste artigo: no quadro atual, os movimentos sociais permanecem ligados ao acesso a serviços coletivos ou transbordam em direção a pautas mais profundas, relacionadas à produção do espaço e dos sentidos do urbano contemporâneo?*

**P A L A V R A S - C H A V E :** *direito à cidade; cidade neoliberal; Estado capitalista; produção simbólica.*

A dimensão simbólica do fato social é um construto central na produção do espaço urbano. A vida na metrópole envolve uma inserção profunda numa rede em que significados, valores, crenças e subjetividades são constantemente reproduzidos, reiterados, reinventados e/ou transformados. Como argumentado por toda uma trajetória de pensamento na teoria antropológica, a dimensão simbólica é uma dimensão fundante da sociedade, dado que dela resultam formas de produção e reprodução material, instituições, diferentes configurações de parentesco e relações com os próximos, distintas formas de interação com o meio natural etc. O olhar etnográfico está na gênese desse posicionamento teórico, o qual foi desenvolvido ao longo do século XX a partir da contribuição inicial e da virada teórica pós-evolucionista realizada por Franz Boas em seu rompimento com os determinismos ambiental e racial<sup>1</sup>.

Inicialmente restrita ao estudo de populações tradicionais, a etnografia passa a ser aplicada, posteriormente, ao estudo de sociedades modernas, em parte pela sociologia urbana da Escola de Chicago e, de forma mais direta, pela antropologia urbana de William Foote Whyte (2005). Não por acaso, o enfoque sobre populações tradi-

<sup>1</sup> A respeito da crítica de Boas ao evolucionismo anteriormente dominante no campo da antropologia, bem como das fundações que contribuíram para o aprofundamento do método etnográfico e para o surgimento de novos padrões para uma teoria antropológica contra o etnocentrismo e os determinismos ambiental e racial, ver Boas (1938) e Stocking (2004).

**2** Designação que inclui, segundo a abordagem contemporânea da “colonialidade do poder”, suas extensões de além-mar e suas instituições, que mantêm o caráter colonial em relação ao território sob seu comando e àqueles que buscam assegurar sua alteridade e perspectiva radicalmente distinta e de raízes separadas das europeias. Ver Walter Mignolo, Aníbal Quijano, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel, dentre outros, em edição especial da *Cultural Studies* (CULTURAL STUDIES, 2007).

**3** Para uma leitura dessa postura diante do marxismo e da economia política, ver Sahlins (2003; 2004). A respeito da ideia de “provincializar” a Europa (e o ocidente), ver Chakrabarty (2007).

cionais está ligado à gênese da etnografia, pois a pesquisa com culturas radicalmente distintas implica, necessariamente, lidar com diferentes ontologias e cosmovisões, o que leva a maioria dos autores vinculados a tal tradição a posicionar a esfera simbólica, dos valores, da visão de mundo e da perspectiva do que constitui a base de nossa inserção no cosmos como fator fundador das dinâmicas sociais. Desse ponto de vista, o iluminismo (ou o utilitarismo que dele resulta) seria nada mais que um conjunto de cosmovisões e construtos sociais e simbólicos particularmente europeu<sup>2</sup>, podendo ser, igualmente, “indigenizado”, provincializado, contextualizado em contingências históricas e geográficas (apesar de suas pretensões universais) e analisado a partir desse olhar antropológico<sup>3</sup>.

A ampla teorização resultante da pesquisa etnográfica nos padrões iniciados por Boas altera a teoria social de forma significativa, introduzindo uma nova perspectiva acerca da diferença e do amplo espectro no qual distintas formações sociais situam-se. Não somente se põe em xeque qualquer tentativa de hierarquização etnocêntrica entre culturas e sociedades distintas (e nisso põe-se o eurocentrismo contra a parede) mas se traz também, por meio de um conhecimento detalhado de formas radicalmente diferentes de organização social, um questionamento acerca da validade da noção de natureza humana, tão cara à tradição filosófica do ocidente. Boas (1938) também esclarece que tal esfera simbólica é histórica, constituindo-se a partir de heranças e transformações internas da própria cultura em questão e/ou de interações com vetores exógenos de influência. Portanto, é um conjunto dinâmico de aprendizados que se transforma ao longo do tempo de maneiras diversas.

Mais contemporaneamente, a teoria antropológica estende a crítica radical do etnocentrismo ao antropocentrismo em geral, abordando o *animismo* através do perspectivismo ameríndio (CASTRO, 2002) ou apresentando tal posicionamento diante da mudança climática e da passagem ao *antropoceno* – uma nova era geológica, a da natureza criada pelo homem. Há também uma leitura do fenômeno da modernidade como demarcado por uma tentativa de se autodeclarar como portador de uma objetividade supostamente isenta do domínio da crença e da esfera simbólica, que é sempre atribuído ao outro, ao não moderno (LATOURETTE, 1994; 2002; 2013). Instituições historicamente construídas e que se reproduzem a partir de uma ampla adesão/aceitação (inerentemente subjetiva) a seu domínio, declaram-se a serviço de uma objetividade e de finalidades supostamente neutras e livres de juízos de valor, mas são sempre cultural e politicamente definidas e sustentadas por pilares subjetivamente formados. Tanto a construção desse corpo político quanto sua resultante produção de instituições são intrinsecamente impregnadas por valores, crenças e signos socialmente construídos. Desse modo, sociedades sem Estado – não por acaso, aquelas que foram decisivas na constituição da antropologia como discurso científico e que continuam sendo seu foco privilegiado –, por serem desprovidas de tal mediação complexa, expõem, de forma mais clara, a relação entre sua reprodução e a esfera dos valores. Esse fato atribui ao Estado um caráter de ente fundamental, formador da modernidade tanto em perspectiva histórica – numa relação estreita com a formação do próprio território, o Estado se definindo e se constituindo a partir desse domínio territorial – quanto em suas reproduções contemporâneas.

O diálogo proposto por Lefebvre (1974) entre a economia política e a etnografia através da produção do espaço insere um elemento dialético importante para tratar de sociedades complexas em que há um aprofundamento do grau de especialização e

isolamento relativo das instituições, da esfera da (re)produção material e do âmbito da produção simbólica, permitindo uma perspectiva em que esses agenciamentos se redefinem e se reproduzem constantemente em sua interação. Mesmo dando primazia ao simbólico, em concordância com a perspectiva antropológica brevemente apresentada, não se trata de uma simples reinversão do estruturalismo materialista, mas de se assumir uma ampla dialética em que economia, cultura e política influenciam-se mutuamente e configuram-se – em concordância com vertentes do pós-estruturalismo – como esferas compostas por microprocessos, micropolíticas, microdeterminações, sempre divisíveis em partes menores.

Harvey (2011, p. 104) chega a uma síntese dessas inter-relações entre esferas diversas em sua análise da dinâmica de expansão geográfica do capital, cruzada com crises históricas – resolvidas no argumento do autor por meio do “arranjo espacial”, da reestruturação geográfica e do deslocamento de crises de acumulação no espaço. Trata-se de uma incorporação de partes da crítica pós-estruturalista numa perspectiva conciliatória, coerente com o pluralismo epistemológico, que parte do pressuposto da incapacidade de uma abordagem teórico-epistemológica isolada dar conta da ampla diversidade de dinâmicas interligadas e de naturezas variadas ou da pluralidade multifacetada inerente aos processos sociais<sup>4</sup>:

As inter-relações em conflito entre as necessidades de evolução técnica e social para a acumulação do capital e as estruturas de conhecimento e normas e crenças culturais compatíveis com a acumulação infinita têm desempenhado um papel fundamental na evolução do capitalismo. Para fins de simplificação, vou agrupar todos os últimos elementos sob a rubrica de “concepções mentais do mundo”.

Essa forma de pensar nos leva a sete “esferas de atividade” distintas na trajetória evolutiva do capitalismo: tecnologias e formas de organização; relações sociais; arranjos institucionais e administrativos; processos de produção e de trabalho; relações com a natureza; reprodução da vida cotidiana e da espécie; e “concepções mentais do mundo”. Nenhuma das esferas é dominante, e nenhuma é independente das outras. Mas também nenhuma delas é determinada nem mesmo coletivamente pelas outras. Cada esfera evolui por conta própria, mas sempre em interação dinâmica com as outras. As mudanças tecnológicas e organizacionais surgem por qualquer motivo (por vezes, acidentais), enquanto a relação com a natureza é instável e muda perpetuamente apenas em parte por causa de mudanças induzidas pelo homem. Nossas concepções mentais do mundo, para dar outro exemplo, são geralmente instáveis, conflituosas, sujeitas a descobertas científicas assim como a caprichos, modas e crenças e desejos culturais e religiosos fortemente arraigados. Mudanças nas concepções mentais têm todos os tipos de consequências, intencionais e não intencionais, para as formas tecnológicas e organizacionais, as relações sociais, os processos de trabalho, as relações com a natureza e os arranjos institucionais aceitáveis. A dinâmica demográfica que surge da esfera da reprodução e da vida cotidiana é simultaneamente autônoma e profundamente afetada por suas relações com as outras esferas (HARVEY, 2011, p. 104).

Tal determinação mútua de dinâmicas diversas conforma uma teia de nós interligados a partir de vínculos de intensidade em constante variação, sendo a história uma trajetória marcada por distintos momentos alternantes de proeminência de cada esfera, que geram efeitos sobre as demais e, por sua vez, transformam-se no processo.

4 Barnes e Sheppard (2010) definem tal procedimento epistemológico e metodológico como uma complementaridade engajada entre abordagens distintas, em que as partes são colocadas num formato de diálogo que explore possibilidades de engajamento plural mesmo que elas se declarem como incompatíveis entre si.

A ideologia é um exemplo de que existem profusões instrumentais de ideários, signos e valores que partem do Estado e do capital com objetivos definidos – o que está longe de significar que a esfera simbólica é totalmente dominada pelo que é propriamente ideológico. O espaço é impregnado de ideologia, mas também por um domínio mais amplo de significados socialmente construídos, jamais reduzíveis ao ideológico, como aquilo que é instrumental a uma essência materialista desmascarável.

A partir de um nó borromeano entre Estado, capital e produção simbólica<sup>5</sup> pode-se compreender a cidade neoliberal e como o neoliberalismo torna-se real na produção do espaço, de forma mais ampliada e, ao mesmo tempo, capaz de transitar nos terrenos da micropolítica – fundamentais na produção do espaço social. A conceitualização da produção do espaço em Lefebvre (1974) opera por essa interação entre a centralidade da dimensão simbólica, a proeminência do Estado (na conformação do chamado “espaço abstrato”) e a crítica da economia política. Em Lefebvre, os signos e significados acerca do que consiste o espaço entram, de maneira decisiva, numa dialética com o concreto. O espaço do medo, a própria noção de que a cidade é um território de risco e violência, por exemplo, retroalimenta ciclos que reproduzem os fatos que criam essa percepção num dado momento inicial. Interpretar a cidade a partir desse pressuposto implica trabalhar com a ideia de que esses significados são constantemente reiterados e reproduzidos num processo contínuo de subjetivação em torno do espaço urbano, fundamental na construção do que a cidade se torna, dos seus devires. Tal aspecto é conhecido pelos estrategistas urbanos desde a emergência do *city marketing* na década de 1990, que procura atuar na alteração da imagem da cidade pela espetacularização de suas fachadas, projetadas, via publicidade, para o mundo, visando à inserção da cidade em circuitos globais de circulação de turistas e investidores, e, atualmente, de estudantes com fartos recursos financeiros e jovens profissionais de fácil mobilidade territorial, supostamente atraídos por um meio urbano “vibrante”. Desde os projetos voltados para a atração de mais turistas até os mais recentes, vinculados à estratégia da cidade criativa, ligada a um argumento de desenvolvimento econômico a partir da atração de capital humano pelos atributos do espaço urbano<sup>6</sup>, objetiva-se atuar na alteração da imagem da cidade e na sua promoção/inserção em circuitos globais em formação e aprofundamento.

Do outro lado do espectro, a cidade, como laboratório aberto de possibilidades, é um terreno fértil com intrínseca capacidade criativa de novos vetores políticos, econômicos ou culturais, no qual se reinventam maneiras diversas de se lançar projetos de aberturas emancipatórias. A universalidade desse pressuposto teórico poderia ser defendida: qualquer cidade carrega em si a possibilidade de se reinventar, de produzir novos processos em escalas diversas, sendo a aglomeração um processo social com capacidade criadora inerente. É pertinente o argumento de Amin e Thrift (2013) de que novas aberturas políticas passam pela retomada da capacidade de a esquerda “construir realidades” (“*world-making*”), no sentido da importância da produção de valores na esfera simbólica como ponto de partida para qualquer projeto de transformação social. Nos exemplos usados pelos autores, o movimento dos direitos civis nos EUA e as feministas de primeira onda na luta pelo sufrágio universal tiveram como ponto de partida o cultivo de um terreno (moral e afetivo) de convencimento e de criação de uma imagem concreta de um possível futuro desejado: uma sociedade sem *apartheid* racial ou desigualdades de gênero.

A cidade é um ente estimulador da tarefa de tecer alternativas concretas por meio da construção simbólica de mundos possíveis. Como propõe a abordagem cas-

5 Análogo ao que amarra capital, nação e Estado na perspectiva de Karatani (2014).

6 Para a versão do autor do conceito, que também é o consultor-empresário que vende a estratégia para governos de centenas de cidades e regiões no norte global, ver Florida (2011). Para uma crítica desse novo modelo de planejamento urbano neoliberal, ver Peck (2005; 2007).

toriadiana, trata-se de construir “significações sociais imaginárias” (CASTORIANIS, 1982) que dão conteúdo e significado aos eventos e às possibilidades. As geografias são sempre reais-e-imaginadas (SOJA, 1996) e a transformação dessa invenção coletiva de um sentido subjetivo de real presente é fundamental para a criação do novo. Nesse sentido, surge a questão: quais são os obstáculos para a realização dessa(s) potência(s) na metrópole brasileira contemporânea? A hipótese que se apresenta é a de que a resposta para tal pergunta passa pela ligação entre processo urbano e neoliberalismo e suas diversas operacionalizações e vetores sociopolíticos resultantes.

Na metrópole contemporânea, a subjetivação e a construção de significados sobre seu próprio conteúdo simbólico perpassam o neoliberalismo em sentidos diversos e são fundamentais na sua reprodução. Muitas dessas significações são ideológicas – no sentido da criação instrumental de signos, valores e vetores simbólicos em função de finalidades objetivas de agentes bem definidos no âmbito do Estado e do capital. No entanto, as formas com que elas ganham vida própria e reproduzem-se podem se distanciar dessas fontes de instrumentalização, entrando numa lógica de produção do social no cotidiano da vigilância do próximo, em que as pessoas se policiam mutuamente, punindo o diferente e coibindo o surgimento de aberturas. A aglomeração é um meio criador de estímulos, seja na direção da reprodução perversa de vetores destrutivos<sup>7</sup>, seja no caminho oposto, com vistas a aumentar potências virtuosas, criadoras. Essa é uma orientação e uma preocupação fundamental no argumento aqui proposto, a partir da qual se aborda um conjunto de questões em torno de como tornar a cidade menos propensa a produzir vetores causadores de sofrimento humano e mais apta a alimentar sua inerente potência criadora de emancipações, liberdades, obras, encontros e alegrias. Acompanhados dessa operação, podemos chegar a uma perspectiva pós-humanista e pós-antropocêntrica<sup>8</sup> de forma mais plena, como resultado da emancipação do conjunto de amarras e controles que promovem, inclusive, o distanciamento e a negação da natureza pela reprodução de formas de ser e estar no mundo vinculadas ao imperativo da produção e ao labor incessante (em contraste com o trabalho e a obra, como na perspectiva arendtiana). Atualmente, essa é uma prática (correspondente a uma cosmovisão) restrita, em termos efetivos, a grupos que se afirmam como alteridades radicais em relação ao urbano-industrial, ao estatal e ao hegemônico, como é o caso das populações indígenas –, mas que constitui uma virtualidade potente no contexto atual, marcado pela profundidade urgente da crise ecológica. As rachaduras recentemente evidenciadas e ampliadas na metrópole apontam possibilidades para o aumento do alcance de narrativas emancipatórias em novas bases, indicando a produção contra-hegemônica de um espaço diferencial mais abrangente e aberto. Na contramão disso, o neoliberalismo urbano constitui-se como um mecanismo reprodutor de condições que diminuem o potencial de crescimento de tais manifestações de alteridade.

Sob o neoliberalismo, o cidadão se torna o indivíduo maximizador de satisfações pessoais, sujeito a restrições orçamentárias e que faz cálculos de risco e retorno de acordo com cada situação específica, tornando-se um empreendedor de si mesmo e incorporando a empresa como um modo de condução (moral, inclusive) do pensamento e da ação, sem que exista espaço para uma ação coletiva que não seja ligada a estruturas de escolha racional com retornos em potencial envolvidos. O Estado e o mercado enviam sinais capazes de alterar estruturas de incentivo e desincentivo a determinadas ações e comportamentos; tal sujeito os interpreta e aprende a se adaptar às

**7** Um bom exemplo é a perspectiva da vida na metrópole como causa de doenças mentais. Andrade et al (2012) abordam o caso da cidade de São Paulo como particularmente agudo, em função da exposição a situações de vulnerabilidade ligadas a formas diversas de risco aliada a fontes de pressão psicológica.

**8** Como na obra de Bruno Latour e outros autores pós-estruturalistas e advindos da antropologia contemporânea, como Eduardo Viveiros de Castro ou Tim Ingold, ou na perspectiva da biopotência contida no trabalho imaterial para a constituição do comum na direção de uma “alter-modernidade” em Hardt e Negri (2009).

condições, criando a habilidade de enxergar oportunidades e posicionar-se de modo a aproveitá-las. Quando se aglomera no espaço um conjunto grande e denso de agentes econômicos agindo de acordo com o cálculo individual utilitarista, ocorrem alguns processos de *deficit* de ação coletiva, marcantes na metrópole contemporânea (tratados pela teorização da economia neoclássica simplesmente como “falhas de mercado” ou externalidades que se congestionam), sendo o engarrafamento no trânsito a caricatura mais visível. O neoliberalismo envolve também uma alteração importante na relação Estado-sociedade, na natureza do contrato social e no formato de cidadania, com mudanças nos direitos de acordo com uma lógica de mercado. Como expõem Dardot e Laval,

O desaparecimento de qualquer confiança em “virtudes” cívicas sem dúvida engendra efeitos performáticos na forma com que os novos cidadãos-consumidores atualmente enxergam suas contribuições no recolhimento de impostos na direção de despesas coletivas e o “retorno” que recebem em parâmetros individuais. Eles não são convocados a julgarem instituições e políticas públicas de acordo com os interesses da comunidade política, mas exclusivamente em concordância com seu interesse individual. *A própria definição do sujeito político se encontra radicalmente alterada* (DARDOT; LAVAL, 2014a, p. 254, tradução do autor, grifo do original).

Trata-se de uma mudança que equivale a uma transformação no espaço social na direção da aplicação de princípios do mercado a domínios anteriormente isolados de sua influência, e que tem uma dimensão objetiva material, mas não opera sem a construção de uma base simbólico-ideológica correspondente. Foucault (2008) interpreta essa tendência do neoliberalismo inserir-se em dimensões da sociedade (e da vida) a partir de uma alteração nos fundamentos e pressupostos do liberalismo clássico. Nas palavras de um comentador:

O liberalismo clássico se baseou na lógica das trocas: o que Adam Smith concebeu como a universal e humana “propensão às trocas e ao escambo das coisas, umas pelas outras” [...] Mas de acordo com Foucault, o neoliberalismo é fundado numa lógica radicalmente nova: “uma mudança das trocas para a competição no princípio do mercado... a coisa mais importante a respeito do mercado é a competição, isto é, não a equivalência, mas ao contrário, a desigualdade”. Para os neoliberais, “a competição, e somente a competição, pode garantir a racionalidade econômica”.

Consequentemente, os neoliberais propõem uma nova imagem do *Homo economicus*. Agora “ele não é um aliado das trocas”, mas “um empreendedor de si mesmo... sendo ele mesmo seu próprio capital, seu próprio produtor, a fonte de seus próprios ganhos”. Ao invés de enxergar a economia política simplesmente como outra faceta de uma paisagem social mais ampla, a lógica neoliberal enxerga todos os fenômenos sociais como resultados dos cálculos econômicos e decisões individuais dos atores individuais. Como Foucault argumenta, o neoliberalismo “envolve, de fato, a generalização da forma econômica do mercado. Envolve sua generalização por todo o corpo social, incluindo o todo do sistema social geralmente não conduzido através, ou sancionado pelas trocas monetárias”. Isto significa que todas as relações e fenômenos sociais, sem exceção, “são analisados em termos de investimento, custos de capital, e lucros... sobre o capital investido”. Até tais coisas como “o casamento, a educação das crianças, e a criminalidade” devem ser conce-

bidas desta forma. A análise econômica pode ser aplicada a qualquer conduta humana que “reage à realidade de forma não aleatória”. Isto é, a lógica do mercado pode e deve ser aplicada, de acordo com o dogma neoliberal, a todas as atividades humanas e a todo o comportamento (SHAVIRO, 2010, p. 4).

A respeito desse tema, argumentam Dardot e Laval (2014a):

Um novo discurso ressaltando o “risco” inerente na existência individual e coletiva busca persuadir as pessoas de que os aparatos do Estado social são profundamente nocivos à criatividade, à inovação e à autorrealização. Se todos são responsáveis por seus destinos, a sociedade não deve nada a ninguém. Todos devem constantemente se provar como merecedores das condições de sua existência. A vida é uma gestão de risco perpétua, autocontrole constante, e uma regulação do comportamento de si mesmo que mistura ascetismo e flexibilidade. A palavra-chave da sociedade de risco é “autorregulação” (DARDOT; LAVAL, 2014a, tradução do autor, p.167).

Em Foucault (2008), a biopolítica representa uma forma de governo baseada no controle da população que, no neoliberalismo, define-se a partir de uma autolimitação do próprio Estado para abrir espaço para que o mercado atue, mas de uma forma mais sofisticada, na qual a “governamentalidade” se torna uma atividade de governar a conduta das pessoas utilizando-se do instrumento do Estado. Hardt e Negri (2001, p. 22) interpretam o biopoder como um aprofundamento da sociedade disciplinadora<sup>9</sup>, cuja genealogia é analisada por Foucault (2009) em *Vigiar e Punir*, rumo à sociedade de controle: o biopoder é uma forma de poder que regula desde dentro, sendo incorporado pelo indivíduo; a produção e a reprodução da vida em si sendo agenciadas pelo poder<sup>10</sup>. O controle do desejo se torna central nesse dispositivo de poder:

Desde a idade clássica do disciplinamento, o poder não pode ser exercido através da simples coerção sobre um corpo. Ele deve andar de mãos dadas com o desejo individual [...]. Isto assume que ele entra no cálculo individual; que ele até participa neste cálculo; agindo nas antecipações imaginárias dos indivíduos: fortalecer o desejo (através de recompensas), enfraquecê-lo (através de punições), desviá-lo (substituindo objetos). Esta lógica, que consiste na definição indireta da conduta, é o horizonte das estratégias neoliberais para promover a “liberdade de escolha” (DARDOT; LAVAL, 2014a, p. 169, tradução do autor).

Acerca do controle da vida em si, Foucault (2008, p. 312-315) demonstra que, no neoliberalismo, a produção de seres humanos reverte-se em produção de capital humano. Assim, por exemplo, o tempo que a mãe dedica ao filho funciona como um esforço de treinamento e capacitação para potencializar tal capital biológico, antecipando um mercado de genética que irá atuar nessa produção. Segundo Foucault (2008, p. 334-335), esse é o ápice da generalização do homem econômico para todo o corpo social: um investimento (tempo da mãe com o filho) que prevê retorno (renda futura do filho; utilidade simbólica para a mãe). Na interpretação de Dardot e Laval:

[...] o termo “governamentalidade” foi introduzido [por Foucault] para se referir às múltiplas formas de atividade através das quais seres humanos, que podem ou não ser membros

<sup>9</sup> Uma primeira fase de acumulação de capitais através desse formato de poder, centrada na indústria, e da qual o fordismo foi a mais alta expressão.

<sup>10</sup> Gilles Deleuze (1992) trabalha com a ideia de sociedade de controle, partindo da abordagem foucauldiana acerca do disciplinamento para sua sofisticação em formas contemporâneas de controle, em que a fábrica (disciplinadora; organizada no formato do molde) é substituída pela empresa: um ente modulador, uma *alma*.

de um “governo”, buscam conduzir a conduta de outros seres humanos – isto é, lhes governar. Pois o Estado, longe de contar exclusivamente com o disciplinamento para acessar o ser mais internalizado dos indivíduos, tem como objetivo final atingir o *autogoverno* por parte do próprio indivíduo, ou seja, produzir certa forma de relacionamento consigo mesmo. [...] Governar é, portanto, conduzir a conduta dos seres humanos, especificando que esta conduta pertence tanto ao próprio indivíduo quanto aos demais. Por isso o governo requer a liberdade como uma condição de possibilidade: governar não é somente governar *contra* a liberdade, ou *apesar* dela; é governar *através* da liberdade – isto é, explorar ativamente a liberdade permitida aos indivíduos para que eles conformem por si mesmos a certas normas de seu próprio acordo (DARDOT; LAVAL, 2014a, p. 5, tradução do autor, grifos do original).

Os autores argumentam, ainda, que essa análise permite refutar a simples oposição entre Estado e mercado, que constitui uma das principais barreiras para uma definição precisa do que é o neoliberalismo. Reitere-se que a ação do Estado garante as bases sobre as quais o mercado pode atuar, crescer e aprofundar sua presença no tecido social. Isso abrange um amplo espectro de ações proativas do Estado (nada mínimo nessa garantia de condições de produção e extração de valor), indo desde o aparato jurídico-regulatório até a reiterada acumulação primitiva – nos termos de Harvey (2004), “acumulação por espoliação” –, constantemente repetida e renovada através da produção do espaço.

O neoliberalismo seria, assim, um modo de “governamentalidade” que institui uma concepção jurídica por dentro do capital e das relações de produção, ligado a uma subjetividade que trabalha no autodisciplinamento dos indivíduos, a partir das intenções operacionalizadas dessa forma de governo. Dardot e Laval defendem que, “longe de pertencer a uma ‘superestrutura’ destinada a expressar ou limitar o econômico, *o jurídico pertence às relações de produção desde seu início*, pois ele informa o econômico por dentro” (DARDOT; LAVAL, 2014a, p. 10, tradução do autor, grifo do original). Há uma complementaridade inseparável entre o simbólico/ideológico e o econômico e político (capturado pelo Estado). Desse modo,

[...] continuar acreditando que o neoliberalismo pode ser reduzido a uma mera “ideologia”, uma “crença”, uma “mentalidade” que os fatos objetivos seriam suficientes para dissolver, assim como o sol dissolve as nuvens da manhã, é de fato confundir o inimigo e condenar à impotência a si mesmo. O neoliberalismo é um sistema de normas hoje profundamente inscrito nas práticas de governo, políticas institucionais e estilos de gestão. Adicionalmente, deve-se ressaltar que este sistema é resistente ao ponto de atingir muito além da esfera da mercadoria e das finanças onde o capital dita as regras. Ele efetiva uma extensão da lógica de mercado para muito além das fronteiras precisas do mercado, notavelmente gerando uma subjetividade “responsável” ao sistematicamente criar competição entre os indivíduos (DARDOT; LAVAL, 2014a, p. 14, tradução do autor).

Ou seja, não se trata, simplesmente, de uma ideologia como o simbólico instrumentalizado e potencialmente retirado de cena pela tarefa de desmistificação, embora ela tenha um papel importante nessa produção social do espaço pelo neoliberalismo, tendo sido dominante na estratégia de desmonte do aparato de bem-estar social a partir da difusão de concepções ideologizadas acerca do Estado keynesiano. Para além do ideológico, a subjetivação exercida no espaço social do neoliberalismo se constrói

como uma prática cotidiana real, impregnada e orientada por uma sintonização a sinalizações que partem do Estado, com vistas a criar uma autoconduta individual coerente com a primazia do mercado (“não há proteção social, prepare-se para se inserir como empreendedor individual”; “não há serviços públicos ou estruturas de uso coletivo confiáveis, resolva seus problemas através do mercado” etc.), fazendo com que os indivíduos incorporem e generalizem os cálculos utilitaristas de custo e benefício ou de risco e retorno, de forma a naturalizá-los em seu comportamento cotidiano. Ou seja, cria-se uma cultura. E esta não se limita ao imagético, imaginado, simbolizado; mas traduz-se em práticas concretas, em um amplo leque de esferas da sociabilidade, abrangendo, como apontado anteriormente, desde o casamento e a criação dos filhos até o lazer e as relações de amizade. No diálogo com a perspectiva lefebvriana, atua-se no plano do espaço social, da esfera simbólica no espaço vivido, que não é nem o espaço percebido na prática, nem o espaço concebido nos planos urbanos, nos mapas, nas representações do espaço, mas a rede de significados sociais e o plano simbólico entrecruzados com o espaço.

A questão que se faz presente a partir da inserção do espaço social nessa discussão remete ao problema do(s) sentido(s) da cidade e do urbano – que tem uma trajetória marcante nos estudos urbanos, iniciada por uma vertente sociológica, perpassando toda a teorização a respeito da centralidade e de suas funções em termos estritamente econômicos, e chegando à geografia crítica e à abordagem lefebvriana, que insere a dimensão política da cidade como espaço da política por excelência, intrínseca e constantemente em disputa. Tal inserção da esfera política de forma mais ampliada escancara os sentidos do urbano por não se limitar ao acesso a bens e serviços coletivos, à busca por melhor distribuição, etc. Embora inclua tal dimensão na prática, a busca pelo direito à cidade envolve relações de dominação que se efetivam de formas diversas, sempre perpassando a dimensão da esfera política de quem e como se tomam decisões que influenciam a produção do espaço e a cidade de forma ampla. A relação Estado-sociedade que o neoliberalismo constrói não pode ser entendida (e nem abordada na prática) estritamente a partir do aspecto distributivo e do acesso a serviços. Embora o neoliberalismo tenha, por um lado, tornado o acesso aos meios de consumo coletivo quase inteiramente direcionado ao mercado, e, por outro, feito com que as soluções precisassem passar necessariamente pelo seu domínio, trazendo-os de volta à tona como bandeira de luta, o direito à cidade não pode ser reduzido ao acesso a meios de consumo coletivo. Ele, de fato, vai muito além, envolvendo a práxis política e o plano do embate democrático em torno de processos que culminam na produção do espaço, no sentido da democracia radical (ABENSOUR, 1998), isto é, da formação de um meio autônomo, fora do Estado, que passa a constituir a verdadeira polis. É certo que, por vezes, há situações em que a procura por meios de consumo coletivo reduz a pauta do direito à cidade a um aspecto meramente de acessibilidade e eficiência distributiva na gestão urbana. No entanto, há que se avaliar tais fatos e/ou demandas tendo em vista a profundidade da espoliação urbana e dos efeitos da acumulação primitiva que estão por trás das circunstâncias e das condições de vida que levam a esse tipo de apelo por direitos sociais. Na conjuntura atual, uma das questões em aberto é justamente como os movimentos sociais se posicionam diante da delimitação do direito à cidade: continuam reduzindo-o ao plano do acesso e do provimento de serviços e habitação ou aprofundam e ampliam a pauta como norte para uma transformação no próprio sentido da cidade e da produção social do espaço urbano?

Mas o que deve ser ressaltado é a ligação entre os sentidos da cidade contemporânea com a primazia do mercado e do Estado agindo para conduzir as condutas em sua direção. O neoliberalismo canaliza as potências do urbano para o mercado através do Estado e, nesse processo, ocorrem dois efeitos: uma exploração aumentada, em que, em função da precarização dos meios de consumo coletivo públicos, entra em cena a necessidade inescapável do consumo (e do endividamento); e uma canalização das potencialidades para o mercado: aquilo que não entra no mercado, que não é mercantilizável, deixa de ser potencializado, deixa de florescer. As políticas de incentivo à cultura são um bom exemplo de tentativas de lidar com este problema no domínio da produção cultural, que corresponde a uma fração da sociedade com poder de mobilização para conseguir mobilizar esta escapatória através de uma ligação direta com o Estado. Recentemente, outra saída buscada por esses grupos foi o direcionamento dos esforços na construção do comum (HARDT; NEGRI, 2009; DARDOT; LAVAL, 2014b). As ocupações urbanas também constituem exemplos de ação direta visando a escapar ao imperativo da solução para a questão da habitação popular pelo mercado. No entanto, há muitas outras atividades, produções e agenciamentos que permanecem sujeitos a tal imposição, revelando a potencialidade da ampliação do leque desse tipo de resposta contrária à neoliberalização da metrópole. Assim como a metrópole contemporânea se reproduz via mecanismos de controle que interligam a produção social do espaço à dimensão simbólica modelada por padrões hegemônicos, a alteração desse quadro passa, necessariamente, por uma transformação no plano simbólico em sua interseção com a produção do espaço. Negando-se o imperativo do mercado como única saída possível e remobilizando a ideia do que constitui a cidade, em sintonia com sua capacidade criadora inerente para além dos vetores utilitaristas mercantilizáveis, é possível construir uma esfera simbólica com potenciais políticos significativos.

Felipe Nunes Coelho Magalhães: felmagalhaes@gmail.com.

Artigo recebido em fevereiro de 2015 e aprovado para publicação em abril de 2015.

## REFERÊNCIAS

- ABENSOUR, M. *A democracia contra o Estado: Marx e o momento maquiaveliano*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- AMIN, A.; THRIFT, N. *Arts of the political: new openings for the left*. Durham: Duke University Press, 2013.
- ANDRADE, L. H. et al. Mental disorders in megacities: findings from the São Paulo Megacity Mental Health Survey. *PLoS ONE*, v. 7, n. 2, n.p., feb. 2012. Disponível em: <<http://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0031879>>. Acesso em: 22 abr. 2015.
- BARNES, T.; SHEPPARD, E. 'Nothing includes everything': towards engaged pluralism in Anglophone economic geography. *Progress in Human Geography*, v. 34, n. 2, p. 193-214, abr. 2010. Disponível em: <<http://phg.sagepub.com/content/34/2/193.abstract>>. Acesso em: 21 abr. 2015.
- BOAS, F. *The mind of primitive man*. Nova York: Macmillain, 1938 [1911].
- CASTORIADIS, C. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTRO, E. V. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. In: \_\_\_\_\_. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2002. p. 345-399.

- CHAKRABARTY, D. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton: Princeton University Press, 2007.
- CULTURAL STUDIES. v. 21, n. 2-3, mar./maio 2007.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *The new way of the world: on neoliberal society*. Nova York: Verso, 2014a.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. *Commun: essai sur la révolution au XXI<sup>e</sup> siècle*. Paris: La Découverte, 2014b.
- DELEUZE, G. Post-scriptum Sobre as Sociedades de Controle. In: \_\_\_\_\_. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed 34, 1992. p. 219-226.
- FAVRET-SAADA, J. *Ser afetado. Cadernos de campo*, São Paulo, n. 13, p. 155-161, 2005.
- FLORIDA, R. *A ascensão da classe criativa*. Porto Alegre: L&PM, 2011.
- FOUCAULT, M. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Commonwealth*. Cambridge: Harvard University Press, 2009.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- \_\_\_\_\_. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- KARATANI, K. *The structure of world history: from modes of production to modes of exchange*. Durham: Duke University Press, 2014.
- LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches*. Florianópolis: Edusc, 2002.
- \_\_\_\_\_. *An inquiry into modes of existence: an anthropology of the moderns*. Cambridge: Harvard University Press, 2013.
- LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.
- PECK, J. Struggling with the creative class. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 29, n. 4, p. 740-770, dez. 2005.
- \_\_\_\_\_. The creativity fix. *Eurozine – Fronesis*, v. 24, n. 1, n.p., 2007. Disponível em: <<http://www.eurozine.com/articles/2007-06-28-peck-en.html>>. Acesso em: 12 ago. 2014.
- SAHLINS, M. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- \_\_\_\_\_. A tristeza da doçura, ou a Antropologia nativa da cosmologia Ocidental. In: \_\_\_\_\_. *Cultura na Prática*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004. p. 563-619.
- SHAVIRO, S. *The 'bitter necessity' of debt: neoliberal finance and the society of control*. Mimeog, 2010. Disponível em: <<http://www.shaviro.com/Other texts/Debt.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2014.
- SOJA, E. *Thirdspace. Journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places*. Oxford: Blackwell, 1996.
- STOCKING, G. (Org.). *Franz Boas: a formação da antropologia americana – 1883-1911*. Rio de Janeiro: Contraponto; UFRJ, 2004.
- WHYTE, W. F. *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005 [1943].

**ABSTRACT:** *The paper addresses the current debates on urban neoliberalism, proposing the symbolic dimension as a prominent feature of the production of space in the contemporary metropolis and its alignment to that mode of state action. A starting point is defined in the need of closer dialogues between theoretical perspectives informed by anthropology and political economy, having Henri Lefebvre's approach to the production of space as a potential connection. The main hypothesis is that the borromean knot tying*

*capital, the state and symbolic production together, which perpasses the production of space in today's metropolis, is tuned to neoliberalism and its reproduction in these three interconnected spheres. The creative potential for new political, economic, cultural and social vectors and dynamics is subsumed to this relation, and heterotopias and spaces of resistance appear as attempts to escape and resist to its forms of discipline and control, which relate to biopolitics as an apparatus of major importance. Debates concerning the right to the city are questioned from this standpoint: do they remain connected to the access to collective services or do they overflow in the direction of deeper issues around the production of space and the meanings of the contemporary urban?*

**KEYWORDS:** *right to the city; neoliberal city; capitalist State; symbolic production.*